



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 477

Aprova relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do artigo 6º do Regimento Interno, bem como o que prevê o art. 55 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), de 4 de maio de 2000, observadas as prescrições da Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, do Ato Normativo STM nº 89, de 28 de maio de 2014, do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, de 12 de abril de 2017 e, da Portaria nº 853/STN, de 20 de maio de 2021:

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal, da Justiça Militar da União, referente ao período de maio de 2020 a abril de 2021.

Art. 2º Determinar publicação do Relatório de que trata o art. 1º, deste Ato Normativo, na forma do seu Anexo Único, no qual se encontram o demonstrativo da despesa com pessoal, de acordo com a alínea a do art. 55 da LRF e o demonstrativo dos limites de despesa com pessoal, conforme o Acórdão TCU 553/17.

Art. 3º Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex **LUIS CARLOS GOMES MATTOS**
Ministro-Presidente



Documento assinado eletronicamente por **LUIS CARLOS GOMES MATTOS**,
MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, em 27/05/2021, às
15:31 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
2206053 e o código CRC **3779DEF0**.

Centenário das Circunscrições da Justiça Militar da União (1920 – 2020)



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRÊMIO/BRIGADORIA

ANEXO ÚNICO DO ATO NORMATIVO Nº 477/2021

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2020 A ABRIL 2021

RFP - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)	
	LÍQUIDADAS														
	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	SET/2020	OUT/2020	NOV/2020	DEZ/2020	JAN/2021	FEB/2021	MAR/2021	ABR/2021			TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (D)	34.867.084,18	49.686.528,19	35.088.225,03	35.509.560,44	35.038.335,04	35.532.719,56	54.523.123,35	43.942.717,95	36.156.627,50	36.040.464,00	36.228.934,65	36.454.018,07	489.069.337,96	10.018.803,84	479.088.141,80
Personal Ativo	17.524.324,67	21.952.999,26	17.764.380,21	18.214.638,15	17.793.787,75	18.281.910,70	28.085.488,83	23.862.296,07	19.047.543,01	18.651.484,57	18.928.006,07	18.385.139,02	238.474.018,31	4.406.438,61	242.880.456,99
Vinculações, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	14.346.475,47	18.746.810,25	14.388.241,79	15.036.098,05	14.507.915,78	15.100.049,41	21.774.744,42	20.561.303,09	15.839.212,55	15.433.212,55	15.725.428,79	15.197.237,67	196.803.594,04	4.405.312,94	201.208.907,08
Obrigações Patronais	3.178.849,20	3.206.189,01	3.376.138,42	3.176.539,60	3.287.871,99	3.172.861,29	6.310.744,41	3.300.982,98	3.208.331,46	3.218.272,02	3.202.577,34	3.187.901,35	41.880.879,27	1.326,94	41.882.206,21
Personal Inativo e Pensionistas	17.342.759,51	27.733.528,93	17.323.844,82	17.294.922,29	17.242.547,29	17.250.808,86	26.487.634,52	20.080.421,88	17.109.284,49	17.388.979,43	17.303.928,58	18.068.879,05	230.593.319,65	5.612.365,16	236.205.684,81
Aposentadorias, Exoner. e Reformas	10.494.941,74	16.641.340,71	10.493.273,03	10.500.647,63	10.487.067,11	10.497.400,56	16.436.081,74	10.906.800,62	10.430.580,79	10.446.299,78	10.399.194,05	11.298.510,06	139.032.144,82	2.505.155,32	141.537.300,14
Pensões	6.847.817,77	11.112.188,22	6.830.571,79	6.794.274,66	6.755.480,18	6.753.408,30	10.051.552,78	9.173.621,26	6.678.703,70	6.942.679,65	6.902.733,53	6.770.345,99	91.561.174,83	3.107.209,84	94.670.384,67
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal em Execução Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (E) (1º do art. 19 da LRF)	17.342.759,51	27.733.528,93	17.323.844,82	17.294.922,29	17.242.547,29	17.250.808,86	26.487.634,52	20.080.421,88	17.109.284,49	17.388.979,43	17.303.928,58	18.068.879,05	230.593.319,65	5.612.365,16	236.205.684,81
Indenizações por Demissão e Suspensão e Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da aprovação	492,25	492,25	492,25	549.842,57	122.890,79	492,25	492,25	492,25	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	702.139,58	0,00	702.139,58
Despesa de Exercícios Anteriores de período anterior ao da aprovação	0,00	203.073,43	-1.311,83	2.175,71	0,00	0,00	0,00	2.918.634,99	0,00	821,94	76.289,05	-2.837,97	3.196.847,30	9.871.405,73	13.068.233,03
Inativos e Pensionistas com Reramos Vinculados	17.342.759,51	27.733.528,93	17.323.844,82	17.294.922,29	17.242.547,29	17.250.808,86	26.487.634,52	20.080.421,88	17.109.284,49	17.388.979,43	17.303.928,58	18.068.879,05	230.593.319,65	5.612.365,16	236.205.684,81
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (B) = (D) - (E)	17.323.825,42	21.729.431,58	17.765.399,83	17.662.619,87	17.672.869,94	18.281.418,45	28.084.996,58	21.907.353,82	36.150.089,32	36.033.023,88	36.147.021,42	36.450.237,86	311.408.223,71	64.608,61	311.472.834,38

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	763.023.603.538,79	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (A) + (B)	311.472.834,38	0,040821%
LIMITE MÁXIMO (VI) (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)	614.813.898,79	0,080276%
LIMITE FUNDACIONAL (VII) = (R\$ 95 + VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	583.073.203,85	0,076347%
LIMITE DE ALBERTA (VIII) = (R\$ 90 + VI) (inciso II do §1º do art. 39 da LRF)	553.332.068,93	0,072518%

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas líquidas são consideradas essenciais. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas essenciais. Dessa forma, para maior transparência, as despesas essenciais serão segregadas em:

- a) Despesas líquidas, consideradas apenas em que tivera a entrega de material em serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.
- b) Despesas empilhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2. Limite Legal da DTP = 0,080276% e Limite Prudencial da DTP = 0,076347% conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

3. As diferenças entre a metodologia de TCU disponível no Teseo Geral e a tabela por rubricamento de despesas elaborada por esta RCL, referem-se aos valores constantes dos Programas de Trabalho 0111 - Aposentadorias e Pensões Civis da União + 207P - Ativos Civis da União no SIAFI, conforme os dados a seguir descritos, porém, Informamos ainda que a utilização da metodologia descrita não altera os valores totais das despesas de pessoal, portanto não refletem em alterações nos percentuais de execução das despesas com pessoal da Justiça Militar da União.

4. No mês de Junho 2020, a despesa no valor de R\$ 295.629,20, registrada no RFP na rubrica "3.1.90.17.02 - Ajuda de Custo Transferência de Ativo Militar PT Inativado Remunerado", foi classificada pela DTP como "Personal Ativo" no RFP, por se tratar de despesa referente à ajuda de custo decorrente da transferência de ativo militar para a inatividade.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO, ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2020 A ABRIL 2021

		R\$ 1,00	
		DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (D)		479.088.141,80	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (E) (1º do art. 19 da LRF) (D)		167.615.307,42	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (B) = (D) - (E)		311.472.834,38	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		763.023.603.538,79	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (B) / (IV) * 100		0,040821%	
		% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO (VI)	LRF, art. 20, incisos I, II e III	0,101990%	777.521.052,01
	Resol CNJ 5/2005	0,101789%	776.742.767,93
	Resol CNJ 26/2006	0,080276%	615.958.434,19
	Resol CNJ 177/2013	0,080576%	614.813.898,79
Justiça de Trabalho / Ao Conselho TST/CSJT/2015/3		-	-

- 1) Preencher apenas no caso de os limites do Orçamento terem sido alterados em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.
- 2) Indicar o Ato Portaria que alterou os limites individuais do Orçamento em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça.
- 3) Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça de Trabalho.

Gen Ex LUIS CARLOS GOMES MATTOS
Ministro-Presidente

JOSÉ CARLOS NADER MOTTA
Diretor-Geral

AFONSO IVAN MACHADO
Diretor de Orçamento e Finanças

ROGERS GONCALVES VELLOSO DE ASSIS
Secretário de Controle Interno

Documento assinado eletronicamente por ROGERS GONCALVES VELLOSO DE ASSIS, SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO, em 26/05/2021, às 17:06 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por AFONSO IVAN MACHADO, DIRETOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, em 26/05/2021, às 17:57 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por JOSÉ CARLOS NADER MOTTA, DIRETOR-GERAL, em 27/05/2021, às 14:14 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por LUIS CARLOS GOMES MATTOS, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, em 27/05/2021, às 15:32 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser confirmada no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 2206058 e o código CRC F07A631E.

22060587

Sala de Autarquias Sul, Quadra 01 Edifício-Sede, Bloco B - CEP 70098-900 - Brasília - DF - <http://www.stm.jus.br/>

Centenário das Circunscrições da Justiça Militar da União (1920 - 2020)